



REQUERIMENTO Nº 32 / 2022

Senhor Presidente,

O Vereador signatário deste requer, nos termos do inciso XXIV do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, as informações sobre os desdobramentos da aquisição de máscaras com valor abusivo de R\$ 6,00 (seis reais) pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG no ano de 2020, que totalizou o montante de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro reais). A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, assim como os vereadores da base do Prefeito, informou que foram buscados meios judiciais para não pagar os preços abusivos cobrados pela empresa. Assim, solicito informações sobre o andamento do processo e o número processo judicial para que todos possam acompanhar o desenvolvimento desta ação.

JUSTIFICATIVA

Fundado nos artigos 22, 39, inciso III, e artigo 40, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal – LOM, o presente requerimento tem o escopo de, por meio do exercício da função fiscalizadora típica do Poder Legislativo, assegurar a observância, pelo Poder Executivo, dos princípios constitucionais pertinentes à administração pública, constantes no artigo 37 da Constituição Federal.

A finalidade deste requerimento é apurar, acompanhar e fiscalizar os gastos do município durante a pandemia de Covid-19, especificamente, neste caso, onde a Prefeitura gastou R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) com máscaras, que saíram individualmente pelo valor abusivo de R\$ 6,00 (seis reais).

Tal medida é necessária tendo em vista que os municípios foram dispensados de fazer licitação durante o período mais severo da pandemia. Assim, a fiscalização do Poder Legislativo é essencial para verificar os trâmites de tal compra, que gerou espanto em todos os pouso-alegrenses, inclusive, tendo o próprio Prefeito anunciado que os preços cobrados foram abusivos e que medidas judiciais seriam tomadas, o que até hoje não foi comprovado pela Administração Pública.

Ademais, este requerimento busca averiguar em específico se o Poder Público Municipal efetivamente está cumprindo o seu compromisso de zelar pelo interesse público.

Sala das Sessões, 29 de março de 2022.

Dr. Edson
VEREADOR

_____ PELO PLENÁRIO
POR _____ VOTOS.
SALA DAS SESSÕES, _____

Reverendo Dionísio
Presidente